



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE AQUISIÇÕES NOS ESTADOS
SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12º ANDAR - AGU SEDE I - BRASÍLIA/DF 70.070-030

PARECER Nº 00677/2026/CJAQ-EST/SCGP/CGU/AGU

NUP: 64098.010108/2025-18

INTERESSADOS: 32º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE DE MONTANHA - 32º BIL MTH - EB

ASSUNTOS: CONSULTA JURÍDICA

EMENTA: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO 90002/2026. CONSULTA ACERCA DA POSSIBILIDADE DE SE FIXAR COTAS DESTINADAS COM EXCLUSIVIDADE ÀS ME/EPP RELATIVAMENTE AO ITEM 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DO PREGÃO 90002/2026.

1. O órgão assessorado encaminha o processo em epígrafe a fim de obter orientação acerca da impugnação ao Edital 90002/2026 cujo objeto é a aquisição de Gás GLP (botijão de 13 kg, botijão de 45 kg e à granel).
2. Narra que após a publicação do Edital em 23/02/2026, as empresas CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA e COMPANHIA ULTRAGAZ S/A impugnaram o certame alegando em suma a indevida fixação de cotas exclusivas para ME/EPP referente ao item 2 do Termo de Referência anexo ao Edital 90002/2026 - gás GLP à granel.
3. O **32º BIL MTH - EB** optou por suspender o PREGÃO Nº 90002/2026, publicando o aviso de suspensão em 04/03/2026 no DOU. Ato contínuo, elaborou o DIEx nº 624-SALC/Fisc Adm/SCmt.Btl no qual solicita orientações técnicas e assessoramento sobre os questionamentos trazidos em ambas as impugnações.
4. O documento foi inicialmente encaminhado à CJU/RJ em 24/03/2026, tendo sido devolvido ao órgão 02/04/2026 para complementação da instrução.
5. Retornou à CJU/RJ em 07/04/2026, tendo sido distribuído a esta subscritora em 13/04/2026.
6. O processo foi submetido à análise jurídica, por força do disposto no art. 53, § 4º da Lei nº 14.133/2021.
7. Os autos foram instruídos no Sistema Sapiens, destacando-se, naquilo que interessa à presente demanda, os seguintes documentos:

- Ofício nº 100-SALC/Fisc.Adm/ de 24/03/2026 encaminhando o feito à CJU/RJ (Seq. 01)
- Ofício 00616/2026-RJ/CGU/AGU de 25/03/2026 (Seq. 02)
- Ofício Circular nº 00008/2026/CJU-RJ/CGU/AGU de 02/04/2026 devolvendo o processo para correção da instrução (seq. 03)
- Ofício nº 127-SALC/Fisc Adm SC mt.BTL de 07/04/2026 encaminhando a documentação à CJU/RJ (Seq. 05)
- Ofício nº 00739/2026/CJU-RJ/CGU/AGU de 08/04/2026 (Seq. 07)
- Documento de Formalização da Demanda (Seq. 08, fls. 03/05)
- Estudo Técnico Preliminar (Seq. 08, fls. 16/18)
- Parecer Referencial 00006/2025/DIAQ/SCGP/CGU/AGU (Seq. 08, fls. 91/135)
- Edital do Pregão nº 90002/2026 (Seq. 08 fls.139/162)
- Termo de Referência (Seq. 08, fls. 163/178)
- Minuta de Termo de Contrato (Seq. 08, fls. 179/186)
- Minuta de Ata (Seq. 08, fls. 195/202)

- Impugnação da empresa CONSIGAZ (Seq. 08, fls. 216/219)
- Impugnação da empresa ULTRAGAZ (Seq. 08, fls. 220/223)
- Publicação do Aviso de Suspensão (Seq. 08, fls. 226)
- DIEx nº 624-SALC/FiscAdm/SCmt.BK de 03/03/2026 (Seq. 08, fls. 227/229)
- DIEx nº 775-SI/4º- CGCFEx de 16/03/2026 (Seq. 08, fls. 230/231)

8. É o relatório.

ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

9. Cumpre esclarecer que, à luz do art. 131, da Constituição Federal de 1988 e do art. 11, da Lei Complementar nº 73/1993, incumbe a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos administrativos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa (conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU).

10. Importante ressaltar que a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que este aspecto se circunscreve à área técnica competente da Administração. Assim, diante da exclusão da análise dos elementos de natureza técnica, será adotada a premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

11. A abrangência desta manifestação jurídica se atém, exclusivamente, à dúvida jurídica trazida no documento “Ofício nº 127-SALC/Fisc Adm SC mt.BTL de 07/04/2026 encaminhando a documentação à CJU/RJ (Seq. 05)”.

12. Não se analisará a legalidade dos atos anteriores. Parte-se do pressuposto de que os atos que antecedem a presente consulta foram feitos de forma regular e válida, tendo sido observadas todas as exigências legais, ressaltando-se que o presente parecer não tem o condão de convalidar ou cancelar qualquer irregularidade pretérita.

DO PEDIDO DE URGÊNCIA

13. O Ofício nº 127-SALC/Fisc Adm SC mt.BTL de 07/04/2026 encaminhando a documentação à CJU/RJ (Seq. 05) trouxe o pedido de análise com urgência.

14. Não houve manifestação da Consultoria Jurídica do Estado do Rio de Janeiro acerca do acolhimento ou rejeição do pedido.

15. Alertamos que o feito foi distribuído a esta parecerista no dia 13/04/2026, sem qualquer alerta acerca de eventual urgência e com o prazo normal fixado, conforme se verifica do quanto registrado no sistema sapiens:

NUP 64098.010108/2025-18 🔍

Eletrônico Consultivo Comum

Estratégico ✎

Adicionar etiquetas ao pr

Id 295004187

Elaborar Manifestação Jurídica Consultiva

Setor Responsável: Coordenação Jurídica de Aquisições nos Estados (SCGP)

☒ Prazo de 13/04/2026 10:35:00

Prazo até 27/04/2026 18:00:00 (11)

Redistribuída ✎

Adicionar etiquetas à tare

CONSULTA/DUVIDA JURIDICA

16. De toda forma, diante do pedido do órgão, faremos a análise como urgente.

2.2 DA ANÁLISE JURÍDICA

17. O objeto de questionamento das empresas refere-se ao desmembramento do item 2 da tabela inserida no item 1.1 do Termo de Referência - Gás refino de petróleo Tipo: Gás Liquefeito de petróleo – GLP, Uso: Industrial - em cota principal (item 2) e cota exclusiva para ME/EPP (item 4).

18. Como sabido, a fixação de cotas exclusivas para ME/EPP nos itens cujo valor ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) é determinada pelo art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e pelo art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, os quais dispõem que, em licitações para aquisição de bens de natureza divisível, quando o valor estimado do item, lote ou grupo superar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME e EPP, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

19. Mas esta determinação não é absoluta, e cabe ao gestor, a análise de eventuais situações que afastem a obrigatoriedade de fixação de cotas exclusivas.

20. Neste sentido, a Lei Complementar nº 123, de 2006, no artigo 49, e o Decreto nº 8.538, de 2015, no artigo 10, estabelecem hipóteses em que os benefícios de licitação exclusiva, cota reservada e subcontratação podem ser afastados. Em síntese, a não aplicação exige justificativa formal, especialmente quando:

- (i) não houver mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências do edital, observada a compreensão jurisprudencial de que a aferição deve ser material e aderente ao certame;
- (ii) o tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto, inclusive quando resultar em preço superior ao valor de referência, nos termos do parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 8.538, de 2015;
- (iii) a natureza do objeto for incompatível com a aplicação dos benefícios;
- (iv) o caso for de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade, ressalvadas situações específicas em que a preferência pode ser analisada, quando juridicamente cabível e devidamente motivada.

21. Em qualquer cenário de afastamento, recomenda-se que a motivação registre, com base em dados e evidências do planejamento, por que a medida não atende ao interesse público na contratação específica.

2.3 DA IMPUGNAÇÃO

22. Conforme se verifica, duas empresas apresentaram impugnação com o mesmo objeto, alegando em suma a ilegalidade da fixação da cota exclusiva para o item 2.

23. A impugnante CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA (Seq. 08, fls. 216/219), trouxe as seguintes razões:

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital prevê a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte para a licitação em questão, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

No entanto, conforme a legislação vigente da ANP, microempresas e empresas de pequeno porte não estão autorizadas a comercializar GLP a granel, atividade que requer autorização específica da Agência Nacional do Petróleo – ANP, nos seguintes termos:

Nos termos da Resolução ANP nº 51/2016, a revenda de GLP por ME/EPP limita-se à comercialização de recipientes transportáveis com capacidade de até 90 kg:

Art. 2º – A atividade de revenda de GLP, considerada de utilidade pública, compreende a aquisição, o armazenamento, o transporte e a venda de recipientes transportáveis de GLP com capacidade de até 90 kg, bem como a assistência técnica ao consumidor desses produtos.

Por outro lado, a atividade de distribuição de GLP a granel, como exigido no presente certame, é exclusiva das Distribuidoras autorizadas pela ANP, conforme preceitua a Resolução ANP nº 49/2016:

Art. 2º, VI – Distribuidor de GLP: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição

de GLP.

Assim, a exigência de fornecimento de GLP a granel para atendimento ao item 01 do Edital não é compatível com a atividade permitida às ME/EPP, configurando vício de legalidade no edital, por reservar cota a empresas que, por disposição normativa, não podem atender a tal fornecimento.

II – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se: A retirada da exclusividade para o item do edital, tendo em vista que a atividade de fornecimento de GLP a granel é restrita às Distribuidoras autorizadas pela ANP, conforme as Resoluções ANP vigentes;

A adequação do Edital para garantir a legalidade do procedimento, de modo a evitar a adjudicação do item a empresas que não possuem autorização legal para a atividade objeto da licitação.

24. Já a empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S/A (Seq. 08, fls. 220/223), trouxe os seguintes argumentos:

Neste sentido, entende-se que, a reserva de 25% destinada às empresas de pequeno porte, ao que se enquadra o item 4, se deu com base no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, já que o valor total da aquisição seria inferior ao parâmetro de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido no dispositivo.

Ocorre que, embora o valor do item seja inferior ao valor de R\$ 80.000, se trata de cota de fornecimento exclusivo, de 25% da quantidade total, de GLP a granel (41.000/kg), atividade que, contudo, somente pode ser exercida por empresas efetivamente autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos termos da Resolução nº 49/2016.

Em consulta ao sítio eletrônico da ANP é possível observar a lista de todos os fornecedores de GLP a granel autorizados pela agência. De fato, a lista com todos os fornecedores extraídos do site na presente data 02/03/2025, encontra-se anexa a esta impugnação.

Analisando todos os fornecedores listados, é possível concluir que apenas um deles se enquadra como ME ou EPP. Com isso, vê-se que a existência de um lote exclusivo para participação de pequenas empresas, mencionada no instrumento editalício prejudica o Princípio da Competitividade dos processos licitatórios, pois não haverá outros fornecedores aptos a participar do certame, inexistindo, portanto, competição.

Ainda, tal cota de exclusividade, prejudicará a eficácia do processo licitatório, uma vez que as possíveis participantes, das quais se enquadram na exclusividade da cota reservada, poderão não serem aptas e, não estarem autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), a fornecerem gás liquefeito de petróleo a granel, conforme objeto do presente edital, desta forma, pondo em risco o regular andamento e o êxito da presente licitação.

A consequência lógica dos fatos expostos ensejará na ampliação da disputa para ampla concorrência, em homenagem ao Princípio da Eficiência, que deve reger todos os atos da Administração Pública, incluindo a presente licitação, impugna-se o edital, nos termos acima expostos, para que seja desde já retirada a cota exclusiva para empresas ME, MEI ou EPP, de 25% sob o quantitativo total, para a participação ampla do item “4” (fornecimento a granel) de grandes empresas, ou subsidiariamente, a inclusão do quantitativo do item 4, ao item 2, tornando apenas um item para o fornecimento de GLP a granel. Permitindo-se a ampla e livre participação de empresas de grande porte ao certame.

III – DOS PEDIDOS. Diante do exposto, a COMPANHIA ULTRAGAZ S/A impugna o edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, requerendo a retirada da cota de 25%, referente ao item 4 do edital, para a exclusividade de participação de empresas do porte ME, MEI ou EPP, autorizando-se a ampla participação de empresas de grande porte aos itens de fornecimento de gás liquefeito de petróleo a granel e, consequentemente seja retificado o referido edital, conforme as razões já apresentadas.

2.4 DA MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO

25. Consta o Parecer do Chefe do 4º Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército, no documento DIEx nº 775-S1/4º CGCFEx, anexado na Seq. 08, fls. 230/231, conforme abaixo:

1. Trata-se de consulta formulada por essa Unidade Gestora Apoiada (UGA) visando obter orientações técnicas acerca da manutenção da cota reservada de 25% para ME/EPP (Item 4) no Pregão Eletrônico nº 90002/2026, destinado à aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). O caso originou-se de impugnações apresentadas pelas empresas CONSIGAZ e ULTRAGAZ, que questionam a legalidade da reserva para o fornecimento a

granel, alegando que as restrições regulatórias da ANP e o capital social mínimo exigido inviabilizam a participação de micro e pequenas empresas, ferindo o Art. 49, II, da LC 123/06.

2. Inicialmente, cumpre registrar que o documento de consulta em epígrafe não foi acompanhado da Memória para Decisão, contrariando as diretrizes do Caderno de Orientação para Elaboração de Consultas. A referida memória é o instrumento essencial para o ordenamento lógico dos fatos e a apresentação do parecer preliminar da própria UGA. Ressalte-se que a instrução processual, sem tal artefato, apresenta-se em desacordo com os normativos vigentes que regulam o sistema de consultas no âmbito da SEF. Não obstante a omissão, este Centro procede à orientação técnica amparada na análise prévia realizada pela auditoria no documento de apoio à decisão.

3. No desenvolvimento da análise técnica, ao comparar os dados do certame com os normativos vigentes, verifica-se que a exigência da ANP para a distribuição de GLP constitui requisito de habilitação indispensável. Conforme apontado na análise do auditor, a Resolução ANP nº 957/23, em seu Art. 4º, inciso V, exige capital social integralizado de, no mínimo, R\$ 3.000.000,00 para distribuição envasada e a granel. Tais condições de capital integralizado são, faticamente, incompatíveis com o porte de ME/EPP, o que acarreta a falta de competitividade mínima (pelo menos 3 fornecedores aptos) necessária para sustentar o tratamento diferenciado.

4. Nesse sentido, a manutenção da cota reservada para este objeto específico afronta o Art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, que determina o afastamento do benefício quando ele não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto do objeto. Além disso, o Art. 66 da Lei nº 14.133/2021 limita a documentação de habilitação técnica à comprovação de autorização para o exercício da atividade.

5. Como linha de ação proposta para resguardar a legalidade do certame, orienta-se que essa Administração utilize seu poder de autotutela para retificar o edital, unificando o quantitativo do Item 4 (cota reservada) ao Item 2 (cota principal). Dessa forma, a totalidade da demanda de GLP a granel deve ser disputada em ampla concorrência, garantindo a observância aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, devendo a UGA motivar nos autos o afastamento da reserva com base na inexistência de ME/EPPs que atendam aos requisitos de capital social da ANP.

6. Isto posto, com base nas informações prestadas pela Unidade Gestora Apoiada e da análise da legislação sobre o tema, este Centro retifica o entendimento dessa UGA. A cota reservada para GLP a granel deve ser excluída e seu quantitativo remanejado para a cota de ampla concorrência, visando sanear o edital e evitar futuras nulidades.

7. Por fim, este Centro orienta a UGA a formalizar a consulta para Consultoria Jurídica da União (CONJUR), por meio do sistema SAPIENS ou outro canal disponibilizado, uma vez que aquele Órgão é responsável pela Análise de Riscos dos Modelos de Editais da AGU/CJU, atuando na identificação de cláusulas restritivas e/ou ilegais que possam comprometer o certame, além de emitir análises sobre impugnações e recursos.

8. Caso remanesçam dúvidas acerca da matéria, coloco à disposição a Seção de Acompanhamento da Gestão e Consultoria (SAGeC) deste Centro, no telefone (32) 3690-4950 ou RITEx 806 – 4950.

2.5 DA ANÁLISE DA PREVISÃO

26. Inicialmente, quanto às impugnações feitas, cabe alertar que as Resoluções 49/2016 e 51/2016 foram revogadas respectivamente pela Resolução ANP 957 de 05/10/2023 e ANP 958 de 05/10/2023, ambas alteradas pela Resolução ANP 994 de 20/02/2026.

27. No que tange ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, há exigência de apresentação de ato de autorização para o exercício da atividade de distribuição e/ou de revenda, outorgada pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, nos termos do art. 3º das Resoluções nºs 957 e 958, de 05/10/2023, a depender da especificação do gás objeto da licitação, o que deve ser avaliado pelo órgão.

28. Cumpre destacar que a atividade de distribuição de GLP compreende a aquisição, o armazenamento, o envasilhamento, o transporte, a comercialização e o controle de qualidade de GLP, assim como a assistência técnica ao consumidor (Parágrafo primeiro do art. 1º da Resolução ANP nº 957/2023); e que o distribuidor somente poderá comercializar GLP, nas modalidades envasado e a granel, na forma e condições estabelecidas no art. 15 da Resolução ANP nº 957/2023.

29. Por sua vez, a atividade de revenda de GLP compreende a aquisição, o armazenamento, o transporte e a venda de recipientes transportáveis de GLP com capacidade de até 90kg, assim como a assistência técnica ao consumidor (Parágrafo Primeiro do art. 1º da Resolução ANP nº 958/2023). Ao revendedor é expressamente vedada a comercialização de recipientes transportáveis de GLP cheios com capacidade superior a 90Kg e GLP a granel (art. 24, V da Resolução ANP nº 958/2023), ou seja, no caso do GLP envasado acima da capacidade referida e na modalidade a granel, a comercialização é restrita aos distribuidores, que devem possuir autorização específica para esta atividade.

30. Portanto, dependendo da especificação do GLP a ser contratado, o órgão deverá inserir a exigência de

habilitação respectiva, com lastro no art. 66 da Lei nº 14.133/2021 e na Resolução ANP cabível à hipótese (distribuição ou revenda).

31. No presente caso, ao que tudo indica, os itens 2 e 4 da tabela inserida no item 1.1 do Termo de Referência tratam de gás GLP a granel, regulamentado, portanto, pela Resolução ANP 957/2023.

32. Como se observa, o item 2 é a cota principal e o item 4 é a cota exclusiva para ME/EPP, desmembrada do item 2.

33. Ambas as empresas alegaram a ilegalidade da fixação da cota exclusiva, seja por entenderem que é vedado às ME/EPP atuar no ramo de distribuição de Gás GLP a granel (impugnação da empresa CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA (Seq. 08, fls. 216/219) seja por considerarem inexistir no mínimo 3 (três) empresas enquadradas como ME/EPP atuando no mercado (impugnação da COMPANHIA ULTRAGAZ S/A (Seq. 08, fls. 220/223).

34. No caso, não se encontrou vedação legal à que ME/EPP possam se enquadrar como distribuidoras, e portanto não se verificou a ilegalidade alegada pelas impugnantes, no que diz respeito à fixação da cota de 25%.

35. Entretanto, é de se levar em conta que, muito embora não tenhamos localizado vedação legal, a atividade de distribuição de Gás GLP a granel é extremamente regulada pela Resolução nº 957/2023, alterada pela Resolução nº 994 ANP de 20/02/2026, a qual traz exigências que possivelmente serão muito difíceis de serem atendidas por empresas enquadradas como ME/EPP.

36. Neste ponto, cabe ao órgão analisar o mercado fornecedor e avaliar se existem empresas enquadradas como ME/EPP, devidamente autorizadas, e que atuem no ramo de distribuição de Gás GLP a granel. Referida pesquisa pode ser realizada com consulta à própria ANP ([Página Inicial — Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)).

37. Estas são questões que devem ser apuradas e avaliadas pelo órgão antes de se decidir pela fixação de cotas exclusivas para ME/EPP.

38. Portanto, a fixação de cotas deve obedecer estritamente o que dispõe o artigo art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e pelo art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, os quais dispõem que, em licitações para aquisição de bens de natureza divisível, quando o valor estimado do item, lote ou grupo superar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME e EPP, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

39. Além disso, como já alertado, muito embora a fixação de cotas de até 25% nos itens que superem o valor de R\$ 80.000,00 seja um comando legal que deve ser obedecido, a própria Lei Complementar nº 123, de 2006, no artigo 49, e o Decreto nº 8.538, de 2015, no artigo 10, estabelecem hipóteses em que os benefícios de licitação exclusiva, cota reservada e subcontratação podem ser afastados. Em síntese, a não aplicação exige justificativa formal, especialmente quando:

- (i) não houver mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências do edital, observada a compreensão jurisprudencial de que a aferição deve ser material e aderente ao certame;
- (ii) o tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto, inclusive quando resultar em preço superior ao valor de referência, nos termos do parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 8.538, de 2015;
- (iii) a natureza do objeto for incompatível com a aplicação dos benefícios;
- (iv) o caso for de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade, ressalvadas situações específicas em que a preferência pode ser analisada, quando juridicamente cabível e devidamente motivada.

40. Recomenda-se ao órgão, portanto, a devida análise das condições do mercado fornecedor a fim de avaliar se o feito se enquadra em alguma das exceções previstas no a própria Lei Complementar nº 123, de 2006, no artigo 49, e o Decreto nº 8.538, de 2015, no artigo 10, que autorizam o afastamento da cota exclusiva. Após análise pelo órgão, em se concluindo pela necessidade do afastamento da cota exclusiva, recomenda-se que a motivação registre, com base em dados e evidências do planejamento, por que a medida não atende ao interesse público na contratação específica.

CONCLUSÃO

41. Diante do exposto, opina-se pela necessidade de que o órgão, proceda a devida análise das condições do mercado fornecedor a fim de avaliar se o item 2 da tabela inserida no Termo de Referência se enquadra em alguma das exceções previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, no artigo 49, e o Decreto nº 8.538, de 2015, no artigo 10, que autorizam o afastamento da cota exclusiva. Após análise pelo órgão, em se concluindo pela necessidade do afastamento da cota exclusiva, recomenda-se que a motivação registre, com base em dados e evidências do planejamento, por que a medida não atende ao interesse público na contratação específica. Neste caso, em se verificando a inadequação da fixação da cota exclusiva, a recomendação é pela revisão do Edital para sua exclusão.

42. É o parecer, salvo melhor juízo, que submeto à consideração da autoridade competente.

À consideração superior.

São Paulo, 15 de abril de 2026.

ROSA MARIA PELLEGRINI BAPTISTA DIAS
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64098010108202518 e da chave de acesso af626d3b



Documento assinado eletronicamente por ROSA MARIA PELLEGRINI BAPTISTA DIAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3175249180 e chave de acesso af626d3b no endereço eletrônico <https://supersapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ROSA MARIA PELLEGRINI BAPTISTA DIAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 17-04-2026 10:35. Número de Série: 65635031372271175007508848075. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.
